

# CADERNOS DO CEIS20

VINTE ANOS DE UNIÃO EUROPEIA:  
PERCEÇÕES E REALIDADES EM PORTUGAL

N.10, 2009

ANA ISABEL MARTINS  
ISABEL MARIA FREITAS VALENTE

CENTRO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES DO SÉCULO XX

CADERNOS DO CEIS 20

ANA ISABEL MARTINS  
ISABEL MARIA FREITAS VALENTE

VINTE ANOS DE UNIÃO EUROPEIA:  
PERCEPÇÕES E REALIDADES EM PORTUGAL

COIMBRA  
2009

Os Cadernos do CEIS20 são publicados pelo Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra-CEIS20. Esta publicação, de pequena dimensão, tem por objectivo dar a conhecer resultados parciais ou finais de pesquisas realizadas no âmbito deste Centro e reflectem, por isso, a actividade de investigação efectuada. Os trabalhos publicados têm que ser inéditos e devem incentivar o debate de temas e de problemas do século XX.

Os Cadernos do CEIS20 são sujeitos a arbitragem científica

Coordenação Científica: João Rui Pita

Coordenação Editorial: Isabel Maria Luciano

VINTE ANOS DE UNIÃO EUROPEIA: PERCEPÇÕES E REALIDADES EM PORTUGAL

Autor: Ana Isabel Martins  
Isabel Maria Freitas Valente

Edição: CEIS20, Coimbra  
Telefone: 239 708870 | Fax. 239 708871  
E-Mail: ceis20@ci.uc.pt  
URL: www.ceis20.uc.pt

Capa: Gonçalo Luciano  
Impressão e acabamento: Imprensa de Coimbra, Lda

Depósito legal: 292178/09  
ISBN: 978-972-8627-11-9

**Ana Isabel Martins** – Mestre em Estudos Europeus pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Bolseira da FCT. Doutoranda da Universidade de Coimbra. Investigadora do CEIS20.

**Isabel Maria Freitas Valente** – Mestre em Estudos Europeus pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Bolseira da FCT. Doutoranda da Universidade de Coimbra. Investigadora do CEIS20. Membro do Team Europe.

## Introdução

*Ou a Europa se torna cada vez mais democrática, ou deixará de existir*  
(Jacques Delors, 1992)

Volvidos mais de dez anos sobre esta declaração, proferida durante uma entrevista ao *Financial Times* (16.09.92) no rescaldo da tépida ratificação francesa do Tratado de Maastricht, as palavras do antigo Presidente da Comissão Europeia revestem-se ainda de toda a pertinência. De facto, o percurso evolutivo do processo de integração europeia, ampliando as esferas de acção comunitárias muito para lá dos iniciais propósitos de índole económica, tem sido acompanhado pela urgência de legitimar o funcionamento e deliberações de uma UE com um impacto crescente nos mais variados sectores de actividade. Da agricultura aos transportes, passando pelo controlo de fronteiras, relações externas, política monetária, cultura, energia, segurança, entre muitas outras áreas<sup>1</sup>, a influência exercida pela Europa nos mais variados domínios da vida dos cidadãos é hoje inegável.

Longe de estimular uma intervenção activa na vida democrática da UE, este aprofundamento de competências conduziu, pelo contrário, a um progressivo alheamento da população europeia face a uma entidade percebida como

---

<sup>1</sup> Para uma descrição exaustiva, vide *Europa – O portal da União Europeia* (<http://europa.eu/>).

burocrática, distante e intangível, em suma, como uma vasta obra de elites<sup>2</sup> edificada segundo uma lógica de cima para baixo (*top-down*). O contraste entre os progressos político-institucionais da UE, por um lado, e a permanência dos debates públicos, participação cidadã e esquemas colectivos de identificação no reduto das arenas nacionais, por outro lado, leva vários autores a reconhecer, no âmago da construção comunitária, o estigma de um “défice democrático”<sup>3</sup>.

Enformando um debate sobre a *legitimidade* da Europa enquanto projecto económico e sobretudo político, este problema tem vindo a agudizar-se desde 1992, com a inicial recusa dinamarquesa e a tímida ratificação francesa do supracitado Tratado da União Europeia (TUE). Na UE pós-Maastricht, o “consenso permissivo”<sup>4</sup> subjacente às primeiras três décadas de integração europeia começou a dar lugar a um clima de fortes divisões – não apenas entre cidadãos e elites, mas também no seio destas últimas –, descrito por Hooghe e Marks como “dissensão restritiva”<sup>5</sup>.

---

<sup>2</sup> Delanty, G., *Inventing Europe: Idea, Identity, Reality*, London, Palgrave Macmillan, 1995, p. 2; Schlesinger, P., “Identities: traditions and new communities’ – a response”, *Media, Culture & Society*, vol. 24, n.º 5, p. 645; Risse, T., “An emerging European identity? What we know, and how to make sense of it”, Lecture delivered at the University of Helsinki, April 25, 2003, p. 3; e Suleiman, E., “Is Democratic Supranationalism a Danger?”. In Kupchan, C. [ed.]. *Nationalism and Nationalities in the New Europe*, Ithaca, Cornell University Press, p. 73.

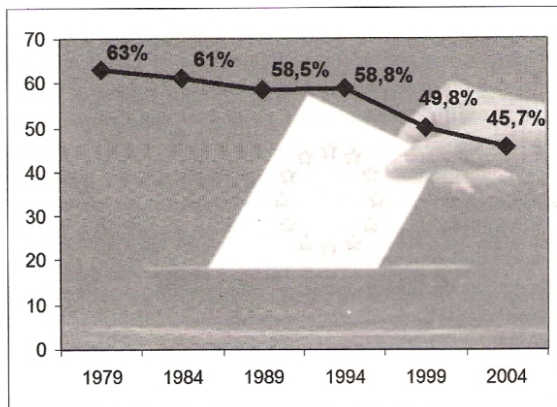
<sup>3</sup> Arnall, A. and Wincott, D. [eds.], *Accountability and Legitimacy in the European Union*, Oxford, Oxford University Press, 2003; Barbero, J., “Identities: traditions and new communities”, *Media, Culture & Society*, Vol. 24, n.º 9, 2002, pp. 621-641; Browman, J., “The European Union Democratic Deficit: Federalists, Skeptics, and Revisionists”, *European Journal of Political Theory*, vol. 5, n.º 4, 2006, pp. 191-212; e Meyer, C., “Exploring the EU’s communications deficit”, *Journal of Common Market Studies*, vol. 37, n.º 4, 1999, pp. 617-640.

<sup>4</sup> Cf. Lindberg, L. and Scheingold, S., *Europe’s Would-Be Polity*, Englewood Cliffs, NJ, Prentice-Hall, 1970.

<sup>5</sup> Hooghe, L. and Marks, G., “Calculation, Community and Cues: Public Opinion on European Integration”, *European Union Politics*, vol. 6, n.º 4, 2005, pp.425-426).

Este gradual cepticismo e desinteresse face à Europa comunitária tem encontrado expressão quer nas irrisórias taxas de afluência às urnas nas eleições europeias (*vide* Gráfico 1) quer nos baixos níveis de informação cidadã denunciadas pelos *Eurobarómetros*<sup>6</sup>.

Gráfico 1 – *Evolução dos níveis médios de participação eleitoral nas eleições europeias*<sup>7</sup>



Finalmente, a mais recente onda de referendos europeus com resultado negativo (rejeição francesa e holandesa do Tratado que Estabelece uma Constituição para a Europa e “não” irlandês ao substituto Tratado de Lis-

<sup>6</sup> CE (Comissão Europeia), *How Europeans see Themselves: Looking through the mirror with public opinion surveys*, 2001, p. 17; Optem, *The European Citizens and the Future of Europe: qualitative study in the 25 member states*, May 2006, pp. 58-62; e CE (Comissão Europeia), *Standard Eurobarometer 65 – Public Opinion in the European Union*: January 2007, pp. 110-112.

<sup>7</sup> 1979 – UE9; 1984 – UE10; 1989 – UE12; 1994 – UE15; 2004 – UE25.



boa) reacendeu os debates sobre as percepções públicas relativas ao processo de integração, o binómio 'elites-cidadãos' ou à intervenção do público na vida democrática da UE. De resto, é neste contexto actual que as pesquisas centradas na caracterização e avaliação das tendências da opinião pública europeia adquirem contornos particularmente relevantes.

## UE e Opinião Pública

A caracterização e avaliação das atitudes e tendências demonstradas pelos cidadãos europeus constituem a pedra angular das mais recentes pesquisas sobre a construção comunitária no âmbito das Ciências Sociais<sup>8</sup>. Adoptando ferramentas de análise distintas, como inquéritos e manifestos de partidos políticos<sup>9</sup> ou indicadores económicos<sup>10</sup>, essas investigações procuram explorar os processos de formação de opinião sobre a Europa, os factores que explicam os sentimentos de apoio ou cepticismo e o grau de confiança nas instituições comunitárias.

A fatia dominante dos estudos neste campo científico baseia-se, porém, num instrumento criado no seio da própria UE com o idêntico objectivo de monitorizar a opinião pública quer nos Estados-membros quer nos países

---

<sup>8</sup> E.g. Marks, G. and Hooghe, L., "Does identity or economic rationality drive public opinion on European integration?", *PS: Political Science and Politics*, vol. 37, n.º 3, 2004, pp. 415-420; Sanchez-Cuenca, I., "The political bases of support for European integration", *European Union Politics*, vol. 1, n.º 2, 2000, pp. 147-171.

<sup>9</sup> Ray, L., "Don't Rock the Boat: Expectations, Fears, and Opposition to EU-level Policy-Making". In Marks, G. and Steenbergen, M. [eds.]. *European Integration and Political Conflict*, Cambridge, Cambridge University Press, 2004, pp. 51-61; e Marks, G., Wilson, C. and Ray, L., "National Political Parties and European Integration", *American Journal of Political Science*, vol. 46, n.º 3, 2002, pp. 585-94.

<sup>10</sup> Eichenberg, R. and Dalton, R., "Europeans and European Community: The Dynamics of Public Support for European Integration", *International Organization*, vol. 47, n.º 4, 1993, pp. 507-34.

candidatos: o *Eurobarómetro*, desenvolvido pela Comissão Europeia desde 1974. Como se pode ler na primeira edição, datada de Julho desse ano<sup>11</sup>:

“A partir deste momento, a Comissão decidiu realizar inquéritos nos nove países da Comunidade, no sentido de acompanhar as tendências da opinião pública europeia no que concerne às actividades da Comunidade, em particular nas áreas com maior interesse para o público...”

Embora alguns especialistas lhes dirijam uma miríade de críticas, salientando, por exemplo, a sua natureza tendencialmente descritiva e limites de representatividade<sup>12</sup>, estes relatórios têm vindo a conquistar um lugar de relevo nas mais diversas áreas académicas. Aponte-se, a propósito as, investigações centradas nas temáticas da Ciência<sup>13</sup>, Religião<sup>14</sup>, Medicina<sup>15</sup> ou Ambiente<sup>16</sup>, que adoptam os Eurobarómetros como fonte privilegiada para o estudo comparado das percepções públicas.

<sup>11</sup> CE (Comissão Europeia), *Standard Eurobarometer 1 – Public Opinion in the European Union*, July 1974, p. 2.

<sup>12</sup> Vide, respectivamente, Trenz, H.-J., “The European public sphere: contradictory findings in a diverse research field”, 2005, p. 8 e Schoen, H., “Identity, Instrumental Self-Interest and Institutional Evaluations. Explaining Public Opinion on Common European Policies in Foreign Affairs and Defence”, *European Union Politics*, vol. 9, n.º 1, 2008, pp. 5-29.

<sup>13</sup> Pardo, R. and Calvo, F., “Attitudes toward science among the European public: a methodological analysis”. *Public Understanding of Science*, vol. 11, 2002, pp. 155-95 e Miller, J., “The measurement of civic scientific literacy”, *Public Understanding of Science*, vol. 7, 1998, pp. 203-23.

<sup>14</sup> Nelsen, B., Guth, J. and Fraser, C., “Does Religion Matter? Christianity and Public Support for the European Union”, *European Union Politics*, vol. 2, n.º 2, 2001, pp. 191-217.

<sup>15</sup> Centeno, C., Clark, D., Lynch, T., Racafort, J., Praille, D., De Lima, L., Greenwood, A., Flores, L., Brasch, S. and Giordano, A., “Facts and indicators on palliative care development in 52 countries of the WHO European region: results of an EAPC task force”, *Palliative Medicine*, vol. 21, 2007, pp. 463-471.

<sup>16</sup> Gillham, P., “Participation in the Environmental Movement: Analysis of the European Union”, *International Sociology*, vol. 23, n.º 1, 2008, pp. 67-93.

O uso mais recorrente desta ferramenta regista-se, contudo, no quadro de artigos científicos sobre questões estreitamente ligadas à UE: atitudes face à integração<sup>17</sup>, identidades colectivas<sup>18</sup>, alargamento<sup>19</sup> e políticas comunitárias específicas<sup>20</sup>.

Num exercício de mapear, ainda que de forma sumária, os focos de europeísmo ou eurocepticismo nos Estados-membros, os Eurobarómetros apontam para uma vaga de apoio generalizada até 1991, seguida de um declínio significativo no já referido período pós-TUE. Apesar de, nos últimos vinte anos, se ter registado, em média, um consenso assinalável no apoio a políticas como a Moeda Única (58%), a Defesa (72%) ou os Assuntos Externos (64%), países como o Reino Unido ou a Finlândia denotam um padrão consistente de atitudes eurocépticas<sup>21</sup>.

---

<sup>17</sup> Anderson, C. and Kaltenthaler, K., "The Dynamics of Public Opinion toward European Integration, 1973-93". *European Journal of International Relations*, vol. 2, n.º 2, 1996, pp. 175-199 e Elgün, Ö. and Tillman, E., "Exposure to European Union Policies and Support for Membership in the Candidate Countries", *Political Research Quarterly*, vol. 60, n.º 3, 2007, pp. 391-400.

<sup>18</sup> Green, D., "On Being European: The Character and Consequences of European Identity". In Cowles, M. and Smith, M. [eds.], *The State of the European Union: Risks, Reform, Resistance and Revival – Volume 5*, Oxford, Oxford University Press, 2000, pp. 292-324; Luedtke, A. "European Integration, Public Opinion, and Immigration Policy: Testing the Impact of National Identity", 2005, *European Union Politics*, vol. 6, n.º 1, 2005, pp. 83-112; e Vössing, K., "Nationality and the Preferences of the European Public toward EU Policy-Making", *European Union Politics*, vol. 6, n.º 4, 2005, pp. 445-467.

<sup>19</sup> Jones, E. and Van der Bijl, N., "Public Opinion and Enlargement. A Gravity Approach", *European Union Politics*, vol. 5, n.º 3, 2004, pp. 331-51.

<sup>20</sup> Jesuit, D., "The Regional Dynamics of European Electoral Politics. Participation in National and European Contests in the 1990s", *European Union Politics*, vol. 4, n.º 2, 2003, pp. 139-164.

<sup>21</sup> CE (Comissão Europeia), *Standard Eurobarometer 53 – Public Opinion in the European Union: October 2000*, p. 44.

A presente investigação propõe-se avaliar as percepções da UE em Portugal desde os anos anteriores à sua adesão, em 1986, mas não sem antes traçar um breve enquadramento das circunstâncias económicas, políticas e sociais que balizaram a entrada portuguesa e que, como veremos, moldaram de forma decisiva as atitudes da opinião pública face à Europa comunitária.

### **Principais aspectos históricos da participação de Portugal na Europa Comunitária**

Tendo em conta o objectivo para que esta reflexão é convocada aqui e agora, parece-nos também importante indagar quais as principais etapas da participação portuguesa no processo de construção europeia. Terá Portugal acompanhado as principais etapas da construção da Europa? Sendo assim, que lugar ocupa a Europa, então, no imaginário português?

Existe uma certeza, largamente difundida, segundo a qual Portugal terá acompanhado os principais acontecimentos da génese e evolução da ideia de Europa interessando-se, com maior ou menor vivacidade, pelo destino europeu, mas de forma sempre irregular e desigual conforme os condicionamentos políticos internos e de acordo com as circunstâncias e especificidades de cada época.

Neste contexto, é de todo oportuno perscrutar a posição portuguesa e as suas estratégias de participação nos movimentos de cooperação europeia desenvolvidos no Pós II Guerra Mundial. Qual é o posicionamento do Estado Novo perante o processo de construção europeia? O que é a Europa na ideologia salazarista? De que forma Portugal participa nos movimentos de cooperação económica?

Num primeiro momento verifica-se um gradual afastamento de Portugal deste universo europeu. Este facto poderá encontrar-se em exemplos como a não participação no Congresso de Haia, em Maio de 1948, ou a não integração de imediato no Conselho da Europa. Estas acções inscrevem-se

nas reservas que o avanço de uma Europa comunitária, democrática, suscitava ao regime salazarista e aos seus ideólogos.

Pode afirmar-se que a principal razão da hostilidade salazarista ao projecto de união europeia era o perigo que nele via para o regime político português criado pelo próprio Salazar e com o qual se identificava.

A matriz ultramarina interessou sempre mais a Salazar que a Europa Continental. Para perceber a extensão e o alcance deste postulado atentemos nas suas próprias palavras: “Se a federação vier pois a constituir-se e se, como é provável, continuar a impor-se a política dos grandes espaços, pode visionar-se a possibilidade de se irem apertando mais e mais os laços de Portugal com o Brasil e a Espanha e da Espanha com as repúblicas do centro e do sul da América, de modo que um grande bloco iber-american seja, ao lado da Comunidade britânica, e mesmo sem atingir o grau da sua estruturação constitucional, um factor político de grande relevo, pela população, a riqueza potencial ou existente e a cultura ocidental.”<sup>22</sup>

Acresce ainda salientar que este estadista repudiava, todavia, o parlamentarismo ou qualquer solução federalista europeia<sup>23</sup>. Em termos muito

---

<sup>22</sup> Cf. *Circular sobre a Integração Europeia, para as Missões Diplomáticas*, do Presidente do Conselho de Ministros, de 6 de Março de 1953. Leia-se também Manuel Löff, *Salazarismo e Franquismo na Época de Hitler*, Porto, Campo das Letras, 1996, pp. 314-337.

<sup>23</sup> Manifestando-se claramente tradicionalista, antiliberal, antidemocrático, anti-comunista, o regime do Estado Novo rejeita os intentos de união europeia nos sentidos federativo ou mesmo de confederação. Essa posição será marcante sobretudo nos discursos de Salazar e na produção dos ideólogos do salazarismo, nomeadamente do historiador do regime, João Ameal. Salazar afirmará a este respeito que estas ideias eram “congeminações nos gabinetes, completamente dissociadas das realidades históricas e étnicas, motivadas por uma perigosa ingenuidade utópica ou por interesses obscuros” e “artificialmente decretadas ou impostas” por “super-Estados hegemónicos com os seus Estados-vassalos”. A este propósito leia-se: António de Oliveira Salazar – *Discursos e notas políticas*, IV, 1943-1950 *apud* Norberto Ferreira da Cunha – “O Salazarismo e a Ideia de Europa” in Ernesto Castro Leal (coord.) – *O federalismo europeu: história, política e utopia: actas do Colóquio*. Lisboa: Universi-

concretos, e como conclui Maria Manuela Tavares Ribeiro, “no plano estratégico, Salazar era um europeísta, porém prevaleceu a sua visão atlântica da política externa portuguesa, isto é, sustenta-se uma concepção euro-americana e euro-africana de um regime, o do Estado Novo, que optou pelo isolamento e distância em relação à Europa em (re)construção.”<sup>24</sup>

A viragem ocorria nos primeiros anos da década de setenta, ainda que paulatinamente. Como refere António Martins da Silva, o “debate interno sobre a aproximação de Portugal à Europa não ultrapassou o quadro de declarações bem intencionadas mais ou menos europeístas e de uma actuação efectiva de reforço das nossas relações económicas com o Mercado Comum. A natureza institucional das comunidades europeias e a problemática do aprofundamento não produziram ecos audíveis.”<sup>25</sup>

Ora, este desinteresse português pela *Ideia de Europa* persistirá no período da revolução de Abril de 1974 e mesmo no período pós-adesão. O interesse demonstrado pelo meio académico e cultural, nomeadamente a partir de Maastricht e, muito particularmente, a partir da CIG96, constituirá um inestimável contributo para a emergência em Portugal de um interesse mais visível pelo destino da Europa e pela sua arquitectura institucional.

Convirá sublinhar, por outro lado, que uma certa abertura à Europa, em larga escala determinada por razões económicas, aconteceu ao tempo de Salazar. Relembre-se a integração na Organização Europeia de Cooperação Económica (OECE) criada em 16 de Abril de 1948 (mais tarde OCDE), em resultado do Plano Marshall, adesão, como membro fundador à Organização do Tratado do Atlântico Norte, em 4 de Abril de 1949, bem como a integração posterior na ONU, em 14 de Dezembro de 1955. Mais tarde participa nalguns movimentos de construção europeia, a saber: na EFTA (e indirec-

---

dade de Lisboa, Faculdade de Letras, Instituto de História Contemporânea: 2001, p.153.

<sup>24</sup> Maria Manuela Tavares Ribeiro, *op. cit.*, p.55.

<sup>25</sup> António Martins da Silva, “Portugal e a ideia Federal Europeia – Da República ao fim do Estado Novo” in *Portugal e a Construção Europeia*, Coimbra, Livraria Almedina, 2002, p. 99.

tamente e por consequência ao GATT), em 1960, e finalmente na Comunidade Económica Europeia com quem se assina, em 1972, um Tratado Comercial. Parece-nos também importante referir que, em 1962 e em 1970, Portugal tenta negociar um acordo de associação com a CEE com o objectivo nodal de plena adesão, facto que lhe estava vedado pela própria natureza do Regime. Em boa verdade, o governo português, agora liderado por Marcello Caetano, tinha um posicionamento mais positivo em relação à 'via europeia', empenhando-se numa aposta mais clara na problemática europeia, no quadro de uma ligação real e institucional, mesmo modesta, à CEE.<sup>26</sup>

A Revolução 25 de Abril 1974 derruba o último governo do Estado Novo e dá-se a vitória da democracia e do Pluralismo partidário. A consolidação da democracia e adesão de Portugal à CEE passam a ser os novos desígnios de Portugal.

À luz deste novo paradigma, em 29 de Novembro de 1976, o Governo português solicita a adesão de Portugal às Comunidades Europeias, facto que viria a ocorrer a 1 de Janeiro de 1986.

A este propósito podem e devem considerar-se as palavras de Fernando Neves, que nos parecem extremamente significativas:

"A adesão de Portugal às então Comunidades Europeias foi uma decisão eminentemente política e estratégica. Portugal assumiu o projecto de integração europeia com o objectivo de consolidar as suas instituições democráticas, modernizar as suas estruturas económicas e caminhar para a abertura da sua sociedade."<sup>27</sup>

---

<sup>26</sup> Leia-se Maria Fernanda Rollo, 20 anos de adesão de Portugal à CEE memória do Congresso'86 da Ordem dos Engenheiros, in *Revista da Ordem dos Engenheiros*, nº5, Dezembro de 1986.

<sup>27</sup> Fernando Neves, "O Testemunho Português: O Futuro", in *Vinte anos de Integração Europeia (1986-2006)*, org. Nicolau Andersen Leitão, Lisboa, Edições Cosmos, 2007, p.217.

## Olhares portugueses sobre a Europa: vinte anos de adesão

Com o intuito de traçar o retrato das percepções sobre a UE em Portugal, ao longo de duas décadas, como Estado-membro, decidimos adoptar como ferramenta metodológica os *Eurobarómetros Standard* – acompanhados dos relatórios específicos sobre o país. Trata-se de um conjunto de documentos elaborados a partir de entrevistas presenciais que, numa base semestral, visa uma análise comparada das tendências da opinião pública em cada contexto nacional e em relação à média europeia. Moldando a informação disponível às circunstâncias históricas do caso português abordadas nas últimas páginas, apostámos numa divisão categórica deste estudo em três grandes períodos:

- a. A fase pré-adesão (1980-1985)
- b. A primeira década na CEE/UE (1986-1996)
- c. A segunda década na UE (1997-2007)

Relativamente aos indicadores focados, é necessário referir que os Eurobarómetros não constituem, de forma alguma, instrumentos puramente quantitativos e desligados da evolução do projecto europeu nas suas múltiplas vertentes. Como nota Jorge de Oliveira e Sousa, antigo Director da DG Presse da Comissão Europeia, numa entrevista a propósito dos trinta anos do *Eurobarómetro*<sup>28</sup>:

“A fim de acompanhar todas as tendências a longo prazo, as questões colocadas no âmbito do *Eurobarómetro Standard* devem ser modificadas o menor número de vezes possível. Porém, também nos é possível adaptá-lo à actualidade (por exemplo, com perguntas sobre o euro, os sucessivos alargamentos, a Política Externa e de Segurança Comum, o projecto de Constituição...). Assim, o Eurobarómetro vai-nos oferecendo um aprofundamento histórico rigoroso, uma

<sup>28</sup> CE (Comissão Europeia), “Entretien avec Jorge de Oliveira e Sousa”, 2003. In [http://ec.europa.eu/public\\_opinion/docs/entretien\\_jos.pdf](http://ec.europa.eu/public_opinion/docs/entretien_jos.pdf) [consult. 20.04.07]



visão global e uma capacidade de *zoom* sobre o estado das opiniões públicas na União no seu conjunto e em alguns dos seus vizinhos”.

Nesta linha de pensamento, procurámos seleccionar dois tópicos de carácter transversal, susceptíveis de nos fornecer uma perspectiva de conjunto sobre a relação entre os portugueses e a Europa:

- Estatuto de Membro da UE (inquéritos em Portugal a partir de 1981);
- Interesse por Assuntos Europeus (a partir de 1986).

Dirigimos, depois, numa vertente identitária, a nossa atenção para aspectos que dizem respeito aos sentimentos de pertença em relação à Comunidade, entrecruzando todas as variações notórias com a realização de acontecimentos de grande importância político-simbólica, como a introdução do euro ou as três Presidências do Conselho da UE.

- Sentir-se europeu (inquéritos em Portugal entre 1990 a 1992);
- Ter nacionalidade europeia no futuro (entre 1992 a 2004);
- Significado da UE (entre 1997 e 2001).

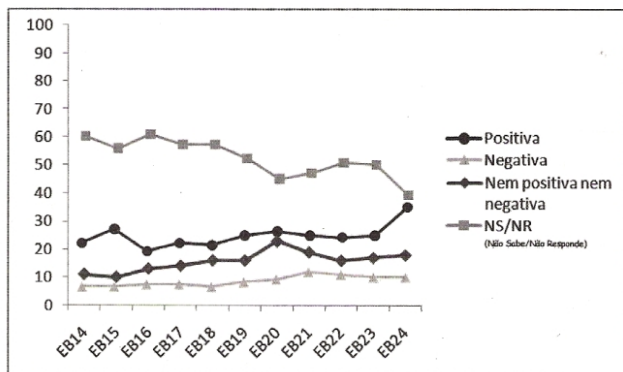
#### **a. A fase pré-adesão (1980-1985)**

A primeira referência a Portugal no quadro dos *Eurobarómetros Standard* ocorreu na edição número 13, baseada em entrevistas desenvolvidas entre Abril e Maio de 1980 e publicada em Junho do mesmo ano. A partir deste momento e até 1985, a Comissão Europeia procurou tomar o pulso às expectativas da população lusa face à UE nos escassos anos que antecederam a entrada efectiva na Comunidade. Embora, neste período inicial, a maioria dos inquiridos não tivesse opinião formada no que concerne à adesão, os níveis de apoio em relação ao projecto europeu conheceram um crescimento gradual.

Entre Abril e Novembro de 1985 – altura que coincidiu com a assinatura dos actos relativos à integração dos dois países ibéricos na Europa, no

dia 12 de Junho – o número de pessoas que via na adesão um aspecto positivo sobrepôs-se ao dos indivíduos que afirmavam “não saber” responder. A este propósito, analise-se o Gráfico 2. Para além de revelar o apoio de que o processo de integração europeia gozou, desde o primeiro momento, em Portugal, estes dados demonstram com clareza que o país acompanhou a vaga de consenso generalizado face à Comunidade nos diversos Estados-membros durante os anos oitenta<sup>29</sup>.

Gráfico 2 – Em termos gerais, considera que a adesão do seu país à Comunidade Europeia (Mercado Comum) é...? [Período: Setembro 1973 – Novembro 1985]



Fonte: Eurobarometer Interactive Search System

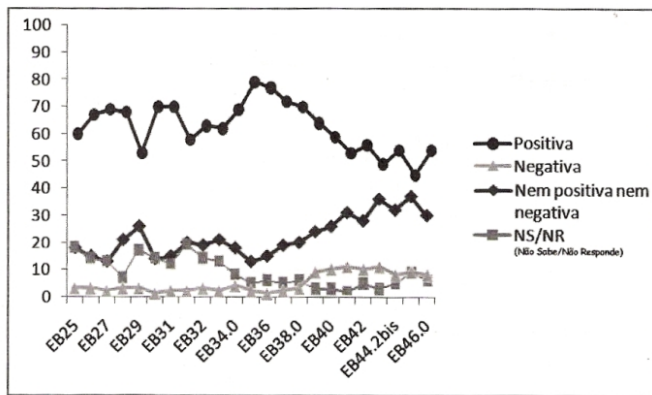
#### b. A primeira década na CEE/UE (1986-1996)

O período que se sucedeu à adesão efectiva de Portugal, a 1 de Janeiro de 1986, foi marcado por uma empatia crescente para com o projecto euro-

<sup>29</sup> Cf. Down, I. and Wilson, C., “From ‘Permissive Consensus’ to ‘Constraining Dissensus’: A Polarizing Union?”, *Acta Politica*, vol. 43, 2008, pp. 26-49.

peu, saldada num aumento de cerca de 40%, no final de 1985, para 60% no início de 1986 (*vide* Gráfico 3). Porém, se não se registaram oscilações significativas até 1991, este ano marcou um claro ponto de viragem nas percepções públicas face à UE, que culminou numa tendência generalizada – uma vez mais, consentânea com o padrão verificado noutros países, como a Bélgica, França, Alemanha, Grécia, Itália e Espanha – para uma apatia face ao processo de integração. Ainda assim, parece-nos que os efeitos da Europa pós-Maastricht se manifestaram de forma moderada no seio da opinião pública portuguesa: é certo que cada vez mais inquiridos afirmaram, até meados dos anos noventa, ser indiferentes à construção europeia; no entanto, o seu número nunca chegou a ultrapassar o dos que se consideravam satisfeitos com a UE.

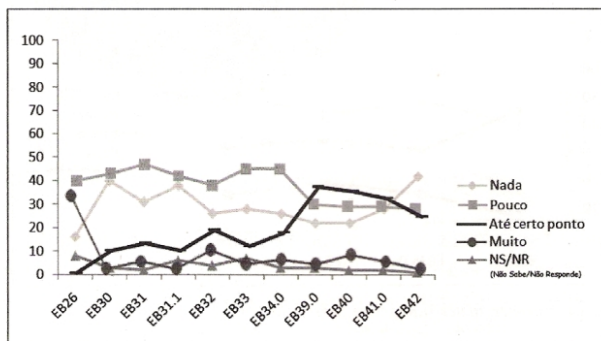
Gráfico 3 – *Em termos gerais, considera que a adesão do seu país à Comunidade Europeia (Mercado Comum) é...?* [Período: Março 1986 – Novembro 1996]



Fonte: Eurobarometer Interactive Search System

Igualmente moderado se revelou, na mesma época, o indicador referente ao “interesse por questões europeias”, sendo que a fatia maioritária dos portugueses assumiu não prestar muita atenção aos assuntos relativos à Comunidade (*vide* Gráfico 4). Contudo, é digna de nota a importância crescente assumida por estes temas entre finais de 1990 e inícios de 1993, o que poderá ser explicado pela realização da primeira Presidência Portuguesa, no primeiro semestre de 1992. Durante este período, 81% dos cidadãos lusos afirmaram ter recebido, de facto, um vasto leque de informações sobre a CE nos meios de comunicação social<sup>30</sup>.

Gráfico 4 – No que toca à política europeia, ou seja, a assuntos relativos à Comunidade Europeia, até que ponto se considera interessado? [Período: Setembro 1973 – Dezembro 1994]

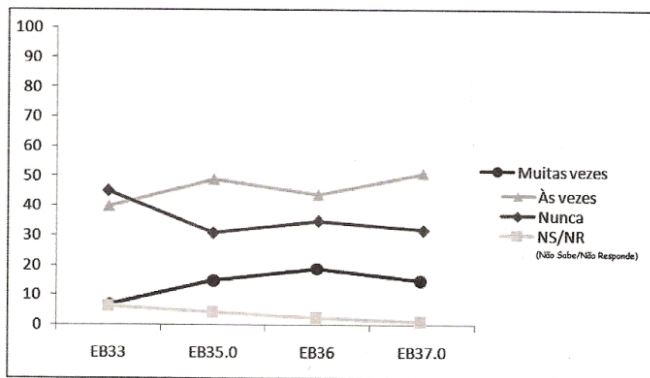


Fonte: Eurobarometer Interactive Search System

<sup>30</sup> CE (Comissão Europeia), *Standard Eurobarometer 37 – Public Opinion in the European Union: June 1992*, p. 25.

Estes valores evidenciam que, não obstante o cenário favorável à Europa no âmbito da opinião pública portuguesa, a nação continua a desempenhar um papel preponderante como foco primário das identidades colectivas. A confirmá-lo, aparece a ideia de que, entre 1990 e 1992, o grupo dominante de inquiridos só se sente “português e europeu” algumas vezes, sendo seguido de perto por indivíduos que apenas se sentem cidadãos nacionais (*vide* Gráfico 5).

Gráfico 5 – *Alguma vez se considera não apenas português, mas também europeu? Isto acontece muitas vezes, algumas vezes ou nunca? [Período: Abril 1990 – Abril 1992]*

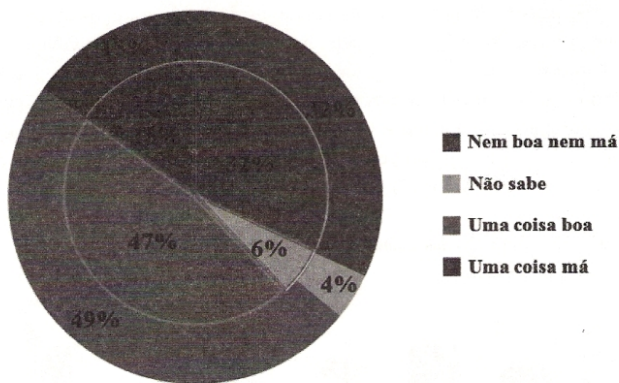


Fonte: Eurobarometer Interactive Search System

### c. A segunda década na UE (1997-2007)

No dealbar do século XXI, Portugal apresenta uma percepção consideravelmente positiva face à sua situação de pertença à União Europeia. Com efeito, esta atitude favorável em relação à UE é muito próxima da média europeia (*vide* Gráfico 6).

Gráfico 6 – Em termos gerais, considera que o facto de o seu país ser membro da União Europeia é...



**Círculo exterior – UE25    Círculo interior – PT**

Fonte: *Special Eurobarometer – The Future of Europe – April 2006*

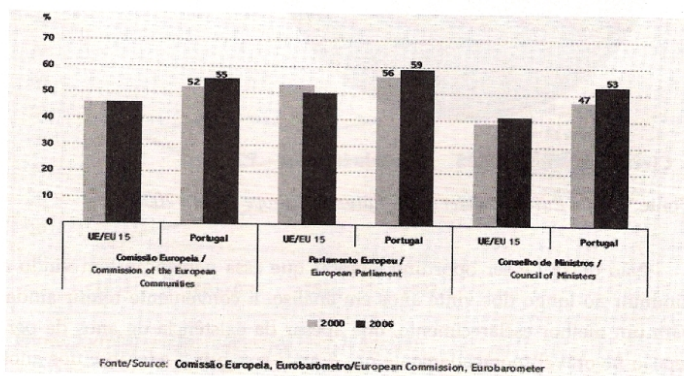
Não deixa de ser oportuno lembrar que essa percepção tem vindo a diminuir ao longo dos vinte anos em análise. É conveniente referir ainda, para um melhor esclarecimento, que apesar da existência de anos de percepção favorável (nomeadamente nos 5 anos a seguir à adesão e nos anos que antecederam a adesão à moeda única), em 2006, a percentagem da população que considera “boa” à União Europeia era de 47% (63,5% no ano de adesão).<sup>31</sup> Os portugueses revelam, desde 1986, atitudes muito favoráveis

<sup>31</sup> Para um melhor esclarecimento desta temática leia-se: *Portugal 20 anos de Integração Europeia*, INA, Parlamento Europeu: Gabinete em Portugal; Representação da Comissão Europeia em Portugal, 2007.

face à União Europeia, apresentando, quase invariavelmente, valores superiores à média dos cidadãos dos Estados-membros. Por outras palavras, os portugueses (58,5%) continuam a crer mais do que a média da União Europeia (48,5%) que o país beneficiou com a adesão.

Acresce igualmente considerar que os portugueses, após 20 anos de adesão plena ao projecto europeu, apresentam um nível de confiança nas instituições comunitárias superior à média europeia, tendência essa que tem vindo a aumentar nos últimos anos para as instituições em análise (Comissão Europeia, Parlamento e Conselho de Ministros), sendo o Parlamento Europeu a instituição europeia que merece a maior confiança por parte dos portugueses (*vide* Gráfico 7).

Gráfico 7 – *Confiança dos Cidadãos nas Instituições Europeias*



Interessa, no entanto, ter em conta que a noção, o conceito da União Europeia, longe de ser uma categoria unívoca, pode exprimir muitas formas de o cidadão nacional, de o cidadão europeu pensar nas diferentes percepções que tem da *imagem* das Comunidades Europeias. Neste contexto, destaca-se uma vez mais o *optimismo* manifestado pelos cidadãos portugueses

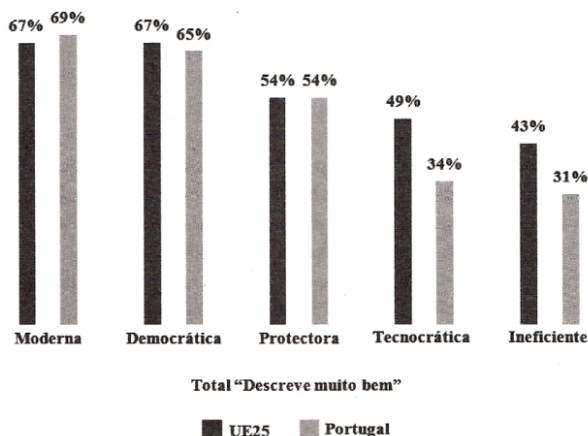
em relação à União Europeia como um todo. A título exemplificativo dever-se-á ter em consideração alguns números que ilustram o *entusiasmo* português em relação à Europa. (*vide* Tabela 1 e Gráfico 8).

	Moderna		Democrática		Protectora		Tecnocrática		Ineficiente	
	EU25	PT	EU25	PT	EU25	PT	EU25	PT	EU25	PT
Descreve...										
Muito bem	14%	15%	16%	15%	10%	9%	14%	9%	12%	7%
Razoavelmente bem	53%	54%	52%	49%	43%	45%	35%	26%	31%	25%
Razoavelmente mal	20%	13%	19%	15%	28%	21%	18%	24%	33%	38%
Muito mal	4%	3%	5%	2%	6%	5%	4%	3%	8%	7%
Não sabe	9%	16%	9%	18%	12%	20%	30%	38%	15%	24%

Tabela 1 - *Imagens da União Europeia*

Fonte: *Special Eurobarometer – The Future of Europe – April 2006*

Gráfico 8 – *Imagens da União Europeia*



Fonte: *Special Eurobarometer – The Future of Europe – April 2006*



Esta chamada de atenção para os números tem por objectivo suscitar outras interrogações: será que o desafio da integração foi totalmente conseguido? Ou será antes um desafio permanente, nunca definitivamente vencido? Conseguirá Portugal uma participação activa no debate sobre a permanente construção europeia? Como conciliar o mito da construção europeia com uma certa visão tecnocrática da mesma? Será a Europa capaz de manter o entusiasmo dos seus cidadãos face aos novos desafios do século XXI?

## Conclusão

O processo de integração de Portugal no seio das Comunidades Europeias foi um processo lento e, inicialmente, reservado às elites intelectuais, académicas e políticas. Relembre-se que nos anos imediatos ao pedido de adesão, em 1978, os portugueses sabiam pouco sobre o projecto nacional de adesão às Comunidades. Mais de 60% da população afirmava não saber se a entrada na CEE seria benéfica, no plano económico, para o país. Somente a partir da década de oitenta os cidadãos portugueses começaram a ter mais informação e a interessar-se com particular atenção pelo tema.

Ao fazer esta digressão pelos primórdios da construção europeia de Portugal e da percepção que o cidadão tem das Comunidades Europeias, verifica-se que, desde 1980 (data a partir da qual o *Eurobarómetro* regista sistematicamente a opinião dos portugueses sobre temáticas europeias), os níveis de apoio em relação ao projecto europeu conheceram um crescimento gradual.

Neste quadro não deixa de ser importante realçar que a investigação existente sobre as atitudes dos portugueses em relação à integração europeia converge na ideia da existência de um consensual apoio ao projecto europeu baseado na percepção de uma relação custo-benefício que tem sido muito favorável a Portugal. Consenso este que, apesar de ter sofrido uma ligeira diminuição do apoio do cidadão luso desde 1992, se manteve praticamente intocado.

É ainda de sublinhar que a identidade portuguesa, de acordo com os estudos de opinião pública, não sofreu com o reforço da identidade europeia e com a inserção internacional de Portugal no espaço europeu, em 1986.

Numa Europa, cuja imagem geral dificilmente se afirma perante o cidadão comum, estamos em crer que o destino para o qual estas tendências apontam, e como afirma Pedro Magalhães, não é para a manutenção de um consenso sobre a integração nem para a diminuição do apoio à União Europeia, mas sim para uma mudança da sua natureza: de um apoio fundado principalmente na percepção de benefícios para o Estado Nacional para um apoio fundado na aceitação da União Europeia como comunidade e sistema político.<sup>32</sup>

A reflexão sobre a Europa continua. Urge uma redefinição de conceitos como os de universalidade, de particularidade, de nacionalidade e de cidadania.

Estamos em crer que a construção europeia continuar-se-á a fazer na “simbiose do uno e do múltiplo”. É precisamente a cultura e a sua expressão em termos de *unidade na diversidade*, parece-nos, que tornará viável e mais atraente o ideal de *união*.

Se as funções, hoje, da União Europeia são de tentar uniformizar as normas que regem as produções, de consolidar e desenvolver a aceitação da moeda única, de regular as administrações financeiras, de ajudar os países em vias de desenvolvimento, não podemos esquecer que estas funções são complementares e derivadas da ideia básica de assegurar a paz que esteve na origem da sua criação. O sonho continua. Como afirmava Edgar Morin, a *Metamorfose está inacabada*.<sup>33</sup>

---

<sup>32</sup> Cf. Pedro Magalhães, *O apoio à integração europeia em Portugal: dimensões e tendências*, Working Paper 16, IPRI, 2006.

<sup>33</sup> Edgar Morin, *Penser l'Europe*, Paris, Gallimard, 1987, p.217.

## Fontes e Bibliografia

### *Fontes*

- CE (Comissão Europeia), “Entretien avec Jorge de Oliveira e Sousa”, Brussels, Eurobarometer Series, 2003.  
In [http://ec.europa.eu/public\\_opinion/docs/entretien\\_jos.pdf](http://ec.europa.eu/public_opinion/docs/entretien_jos.pdf) [consult. 20.04.07]
- CE (Comissão Europeia), “How Europeans see Themselves: Looking through the mirror with public opinion surveys”, Brussels, European Documentation Series, 2001.
- CE (Comissão Europeia), “Standard Eurobarometer Reports”, Brussels, Eurobarometer Series, 1973 a 2007.
- CE (Comissão Europeia), “Standard Eurobarometer 1 – Public Opinion in the European Union”, Brussels, Eurobarometer Series, 2001.
- CE (Comissão Europeia), “Standard Eurobarometer 37 – Public Opinion in the European Union”, Brussels, Eurobarometer Series, 1992.
- CE (Comissão Europeia), “Standard Eurobarometer 53 – Public Opinion in the European Union”, Brussels, Eurobarometer Series, 2000.
- CE (Comissão Europeia), “Standard Eurobarometer 65 – Public Opinion in the European Union”, Brussels, Eurobarometer Series, 2007.
- CE (Comissão Europeia), “The Future of Europe – Special Eurobarometer 251”, Brussels, Eurobarometer Series, 2006.

### *Bibliografia*

- Anderson, C. and Kaltenthaler, K., “The Dynamics of Public Opinion toward European Integration, 1973-93”, *European Journal of International Relations*, vol. 2, n.º 2, 1996, pp. 175-199.
- Arnall, A. and Wincott, D. [eds.], *Accountability and Legitimacy in the European Union*, Oxford, Oxford University Press, 2003.

- Bacalhau, M., *Atitudes, Opiniões e Comportamentos Políticos dos Portugueses: 1973-1993*, Lisboa, FLAD, 1994.
- Barbero, J., "Identities: traditions and new communities". *Media, Culture & Society*, Vol. 24, n.º 9, 2002, pp. 621-641.
- Browman, J., "The European Union Democratic Deficit: Federalists, Skeptics, and Revisionists", *European Journal of Political Theory*, Vol. 5, n.º 4, 2006, pp. 191-212.
- Centeno, C., Clark, D., Lynch, T., Racafort, J., Praill, D., De Lima, L., Greenwood, A., Flores, L., Brasch, S. and Giordano, A., "Facts and indicators on palliative care development in 52 countries of the WHO European region: results of an EAPC task force", *Palliative Medicine*, vol. 21, 2007, pp. 463-471.
- Delanty, G., *Inventing Europe: Idea, Identity, Reality*, London, Palgrave Macmillan, 1995.
- Down, I. and Wilson, C., "From 'Permissive Consensus' to 'Constraining Dissensus': A Polarizing Union?", *Acta Politica*, vol. 43, 2008, pp. 26-49.
- Eichenberg, R. and Dalton, R., "Europeans and European Community: The Dynamics of Public Support for European Integration", *International Organization*, vol. 47, n.º 4, 1993, pp. 507-34.
- Elgün, Ö. and Tillman, E., "Exposure to European Union Policies and Support for Membership in the Candidate Countries", *Political Research Quarterly*, vol. 60, n.º 3, 2007, pp. 391-400.
- Fernandes, Luís Lobo e Camisão, Isabel, *Construir a Europa – O processo de integração entre a teoria e a história*, Cascais, Principia, 2005.
- Gillham, P., "Participation in the Environmental Movement: Analysis of the European Union", *International Sociology*, vol. 23, n.º 1, 2008, pp. 67-93.
- Green, D., "On Being European: The Character and Consequences of European Identity". In Cowles, M. and Smith, M. [eds.], *The State of the European Union: Risks, Reform, Resistance and Revival – Volume 5*, Oxford, Oxford University Press, 2000, pp. 292-324.

- Hooghe, L. and Marks, G., "Calculation, Community and Cues: Public Opinion on European Integration", *European Union Politics*, vol. 6, n.º 4, 2005, pp. 419-43.
- Jesuit, D., "The Regional Dynamics of European Electoral Politics. Participation in National and European Contests in the 1990s", *European Union Politics*, vol. 4, n.º 2, 2003, pp. 139-164.
- Jones, E. and Van der Bijl, N., "Public Opinion and Enlargement. A Gravity Approach", *European Union Politics*, vol. 5, n.º 3, 2004, pp. 331-51.
- Leitão, Nicolau Andresen, *Estado Novo Democracia e Europa 1947-1986*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2007.
- Leitão, Nicolau Andresen, *20 Anos de Integração Europeia (1986-2006) O Testemunho Português*, Lisboa, Edições Cosmos, 2007.
- Lindberg, L. and Scheingold, S., *Europe's Would-Be Polity*, Englewood Cliffs, NJ, Prentice-Hall, 1970.
- Loff, Manuel *Salazarismo e Franquismo na Época de Hitler*, Porto, Campo das Letras, 1996, pp. 314-337.
- Luedtke, A., "European Integration, Public Opinion, and Immigration Policy: Testing the Impact of National Identity", *European Union Politics*, vol. 6, n.º1, 2005, pp. 83-112.
- Magalhães, José Calvet, e Guerra, Ruy Teixeira, e Freire, António de Siqueira, *Os Movimentos de Cooperação e integração Europeia no Pós-Guerra e a participação de Portugal nesses movimentos*, Lisboa, INA, 1981.
- Magalhães, Pedro, *O apoio à integração europeia em Portugal: dimensões e tendências*, Working Paper 16, Lisboa, IPRI, 2006.
- Marks, G. and Hooghe, L., "Does identity or economic rationality drive public opinion on European integration?", *PS: Political Science and Politics*, vol. 37, n.º3, 2004, pp. 415-420.
- Marks, G., Wilson, C. and Ray, L., "National Political Parties and European Integration". *American Journal of Political Science*, vol. 46, n.º 3, 2002, pp. 585-94.

- Meyer, C., "Exploring the EU's communications deficit. *Journal of Common Market Studies*, vol. 37, n.º 4, 1999, pp. 617-640.
- Miller, J., "The measurement of civic scientific literacy", *Public Understanding of Science*, vol. 7, 1998, pp. 203-23.
- Nelsen, B., Guth, J. and Fraser, C., "Does Religion Matter? Christianity and Public Support for the European Union", *European Union Politics*, vol. 2, n.º 2, 2001, pp. 191-217.
- Neves, Fernando, "O Testemunho Português: O Futuro", in *Vinte anos de Integração Europeia (1986-2006)*, org. Nicolau Andersen Leitão, Lisboa, Edições Cosmos, 2007, p.217.
- Optem, *The European Citizens and the Future of Europe: qualitative study in the 25 member states: May 2006*.
- Pardo, R. and Calvo, F., "Attitudes toward science among the European public: a methodological analysis", *Public Understanding of Science*, vol. 11, 2002, pp. 155-95.
- Pereira, Pedro Cantinho, *Portugal e o início da construção Europeia. 1947-1953*, Lisboa, Instituto Diplomático, 2006.
- Portugal 20 Anos de Integração Europeia*, Lisboa, INA, Parlamento Europeu Gabinete em Portugal, Representação da Comissão Europeia em Portugal, 2007.
- Ray, L., "Don't Rock the Boat: Expectations, Fears, and Opposition to EU-level Policy-Making". In Marks, G. and Steenbergen, M. [eds.], *European Integration and Political Conflict*, Cambridge, Cambridge University Press, 2004, pp. 51-61.
- Ribeiro, Maria Manuela Tavares, *A Ideia de Europa – Uma perspectiva histórica*, Coimbra, Quarteto, 2003.
- Ribeiro, Maria Manuela Tavares, "Portugal e o Novo Desafio Europeu", in *Olhares sobre a Europa*, Coimbra, Quarteto, 2002.
- Risse, T., "An emerging European identity? What we know, and how to make sense of it", Lecture delivered at the University of Helsinki, April 25, 2003.

- Rollo, Maria Fernanda, "20 anos de adesão de Portugal à CEE memória do Congresso'86 da Ordem dos Engenheiros", in *Revista da Ordem dos Engenheiros*, nº 5, Dezembro de 1986.
- Salazar, António de Oliveira – Discursos e notas políticas, IV, 1943-1950 *apud* Norberto Ferreira da Cunha – O Salazarismo e a Ideia de Europa in Ernesto Castro Leal (coord.) – O federalismo europeu: história, política e utopia: actas do Colóquio. Lisboa: Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Instituto de História Contemporânea: 2001, p.153.
- Sanchez-Cuenca, I., "The political bases of support for European integration", *European Union Politics*, vol. 1, n.º 2, 2000, pp. 147-171.
- Schlesinger, P., "'Identities: traditions and new communities' – a response", *Media, Culture & Society*, vol. 24, n.º 5, 2002, pp. 643-648.
- Schoen, H., "Identity, Instrumental Self-Interest and Institutional Evaluations. Explaining Public Opinion on Common European Policies in Foreign Affairs and Defence", *European Union Politics*, vol. 9, n.º 1, 2008, pp. 5-29.
- Silva, António Martins da, "Portugal e a ideia Federal Europeia – Da República ao fim do Estado Novo", in *Portugal e a Construção Europeia*, Coimbra, Livraria Almedina, 2002, p. 99.
- Suleiman, E., "Is Democratic Supranationalism a Danger?", in Kupchan, C. [ed.], *Nationalism and Nationalities in the New Europe*, Ithaca, Cornell University Press, 1995, pp. 66-84.
- Teixeira, Nuno Severiano e Pinto, António Costa, *Portugal e a Integração Europeia 1945-1986*, Lisboa, Círculo Leitores, 2007.
- Trenz, H.-J., "The European public sphere: contradictory findings in a diverse research field", *European Political Science*, vol. 4, n.º 4, 2005, pp. 407-420.
- Vössing, K., "Nationality and the Preferences of the European Public toward EU Policy-Making", *European Union Politics*, vol. 6, n.º 4, 2005, pp. 445-467.

*Vinte anos de União Europeia:  
Percepções e Realidades em Portugal*

RESUMO

As questões relativas ao modo como os cidadãos perspectivam a União Europeia (UE), bem como ao seu grau de identificação com o processo de integração *lato sensu*, revestem-se hoje de toda a relevância no âmbito das Ciências Sociais. O presente estudo serve o propósito de avaliar as percepções da Opinião Pública portuguesa sobre a UE ao longo das duas décadas de adesão. Adoptando como plataforma empírica as informações fornecidas pelos *Euro-barómetros*, pretendemos traçar um panorama das atitudes, receios e expectativas da população lusa face à construção europeia. Em foco estarão, de forma particular, momentos de grande importância política e simbólica, cumprindo-nos destacar, a título de exemplo, a introdução do euro e as três Presidências do Conselho da UE.

PALAVRA-CHAVE:

Europa, Eurobarómetro, Opinião Pública, Portugal.

**Twenty Years of the European Union:  
Perceptions and Realities in Portugal**

ABSTRACT

The issues relating to the way people feel about Europe, as well as the extent to which they identify with the process of European integration, have been the cornerstone of recent research within Social Sciences and Politics. In this paper we intend to thoroughly evaluate how the European Union (EU) has been perceived amongst Portuguese citizens

throughout two decades of membership. Adopting Eurobarometer data as empirical evidence, we will present an overview of the attitudes, fears and expectations towards the EU in Portugal. Particular attention will be drawn to relevant political and symbolic moments, such as the introduction of the Euro and the three Portuguese Presidencies of the Council.

KEYWORDS:

Europe, Eurobarometer Surveys, Public Opinion, Portugal

**Vingt ans d'Union Européenne:  
Perceptions et Réalités au Portugal**

RÉSUMÉ

Les problèmes relatifs à la manière dont les peuples sentent l'Europe, aussi bien que l'étendue de leur identification avec le processus de l'intégration européenne, ont été les pierres d'angle de la recherche récente dans les sciences sociales et politiques. Dans cet étude, nous avons l'intention d'évaluer comment l'Union Européenne a été perçue parmi les citoyens portugais au cours des deux décades comme membre. Par l'analyse des Eurobaromètres nous présentons un aperçu des attitudes, des craintes et des attentes à l'égard de l'Union Européenne au Portugal. Une attention particulière portera sur les moments politiques et symboliques significatifs tels que l'introduction de l'Euro et les trois présidences portugaises du Conseil.

Mots-clés:

Europe, Eurobaromètre, Opinion Publique, Portugal



## ÍNDICE

Introdução	7
UE e Opinião Pública	10
Principais aspectos históricos da participação de Portugal na Europa Comunitária	13
Olhares portugueses sobre a Europa: vinte anos de adesão	17
<i>a. A fase pré-adesão (1980-1985)</i>	18
<i>b. A primeira década na CEE/UE (1986-1996)</i>	19
<i>c. A segunda década na UE (1997-2007)</i>	22
Conclusão	26
Fontes	28
Bibliografia	28
Resumo	33

Os Cadernos do CEIS20 são publicados pelo Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra-CEIS20.

Esta publicação, de pequena dimensão, tem por objectivo dar a conhecer resultados parciais ou finais de pesquisas realizadas no âmbito deste Centro e reflectem, por isso, a actividade de investigação efectuada. Os trabalhos publicados têm que ser inéditos e devem incentivar o debate de temas e de problemas do século XX.

Coordenação: João Rui Pita

